



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 16 de Setembro de 2019

Crise e sindicato mais pobre derrubam número de greves

Total de paralisações recua 41% no primeiro semestre do ano

Por Thais Carrança — De São Paulo

O número de greves realizadas no país recuou 41% nos primeiros seis meses deste ano em relação a igual período de 2018, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Foram 529 paralisações de janeiro a junho, contra 899 no mesmo intervalo do ano passado. A queda foi puxada pelo setor público, com recuo de 51%, mas também houve baixa relevante na esfera privada, de 27%.

Para analistas, a redução das mobilizações pode ser explicada por uma combinação de fatores que inclui a perda de receitas dos sindicatos com a reforma trabalhista; o clima de temor entre servidores públicos diante da retórica inflamada do governo contra a categoria; o pessimismo com relação à possibilidade de vitória diante da situação fiscal em todas as esferas administrativas; além da atividade econômica fraca e o desemprego elevado.

Considerando anos fechados, o país registrou seu maior número de greves em 2016, quando foram realizadas 2.114 paralisações. Desde então, os movimentos

paredistas têm diminuído, indo a 1.568 em 2017 e 1.435 em 2018. Para Rodrigo Linhares, técnico do Dieese, a queda no primeiro semestre é parte desse movimento maior, que seria uma “volta ao normal”, após um pico que destoou da média histórica.

Mas essa não é toda a história, já que a retração registrada neste início de ano é maior do que aquelas do ano fechado de 2017 (-26%) e 2018 (-7%). Além dessa queda bastante mais aguda, no primeiro semestre, as greves do setor privado superaram em número as do setor público, invertendo a tendência registrada nos últimos cinco anos.

“A agressividade do governo Bolsonaro com relação ao funcionalismo - que tem respaldo social - introduz um elemento de precaução, em meio à ameaça de fim da estabilidade e possibilidade de redução de salários e demissões”, diz o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto. “A redução das greves é resultado de uma pressão que tem dado certo.”

Para Linhares, a menor mobilização dos servidores também pode ser resultado de um cálculo político. “O ânimo de greve tem muito a ver com a expectativa de que o movimento pode trazer algum benefício, porque a greve é sempre um risco”, afirma. “Talvez a crise fiscal esteja produzindo um

desânimo, uma avaliação de que não vale a pena arriscar num momento em que o ganho não é plausível.”

Na esfera pública, as greves do funcionalismo somaram 236 no primeiro semestre deste ano, contra 481 um ano antes. Já as paralisações em estatais diminuíram pela metade, para 22.

Os servidores municipais, como de costume, realizaram o maior número de greves do funcionalismo (172, ante 347 no primeiro semestre de 2018). Nessa esfera, as greves da educação recuaram de 176 para apenas 72, e as paralisações da saúde caíram de 56 a 18.

Para Heleno Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), um dos fatores que podem explicar o menor número de greves de professores municipais neste ano é o fato de que o reajuste do piso do magistério, estabelecido pelo Ministério da Educação, foi de apenas 4,17%. Como o percentual serve de parâmetro para as negociações salariais municipais e o valor foi baixo para os padrões históricos, mais municípios podem ter aplicado o percentual, evitando protestos.

“Geralmente a greve ocorre por falta de negociação ou quando é proposto um percentual abaixo da referência, que é a lei do piso”,





explica Araújo. Outro fator, diz ele, é o temor da categoria diante do governo Bolsonaro. “O professor está sendo tratado como inimigo e isso coloca medo.”

Na esfera privada, as greves somaram 268 no primeiro semestre, contra 369 um ano antes. O setor de serviços ganhou peso nas mobilizações, indo de 73% para 78% do total dessa esfera.

“A greve na esfera privada cai em menor velocidade do que no setor público, porque, entre os trabalhadores de serviços e os terceirizados, principalmente, há muita greve de funcionários que estão com meses de salários atrasados”, diz Linhares. Ele explica que, nesse tipo de situação extrema, o desaquecimento do mercado de trabalho e o desemprego elevado têm menor peso na decisão de parar. O atraso de salários motivou 56% das greves do setor privado no primeiro semestre.

Pesou ainda sobre a mobilização o fim da contribuição sindical obrigatória, estabelecido pela

reforma trabalhista em vigor desde novembro de 2017. Segundo dados do antigo Ministério do Trabalho, a arrecadação da contribuição sindical urbana caiu de R\$ 3,65 bilhões em 2017 para R\$ 500,1 milhões no ano passado, um recuo de 86%. “A reforma trabalhista tirou recursos das entidades. Assim como não há almoço grátis, não há greve grátis”, diz Vargas Netto.

Importantes categorias profissionais têm data-base na segunda metade do ano. É o caso, por exemplo, de metalúrgicos, bancários e químicos. Os metalúrgicos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) de São Paulo têm data-base em 1º de setembro e, com cláusulas sociais garantidas até agosto de 2020, negociam a pauta econômica.

Segundo Luiz Carlos da Silva Dias, presidente da Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da CUT-SP, as negociações correm normalmente e a expectativa é que possam ser concluídas ainda neste mês. Já os bancários de São Paulo fecharam ano passado convenção

coletiva com validade de dois anos e, portanto, não sentam à mesa de negociações neste ano.

Com data-base em 1º de agosto, os trabalhadores dos Correios pararam na quarta passada. A categoria pede reposição da inflação nos salários, manutenção do plano de saúde e é contrária à privatização da estatal. Na quinta, a Justiça determinou a volta ao trabalho de ao menos 70% dos funcionários. O dissídio coletivo vai a julgamento em 2 de outubro.

“Pode ser que este semestre venha a alterar a proporção da queda observada na primeira metade do ano”, diz Linhares, do Dieese. “Há datas-base importantes e a saída de professores do recesso.”

Vargas Netto é menos otimista. “Não há nenhuma indicação de retomada forte do emprego, os efeitos da reforma trabalhista vão continuar se acumulando, além da dificuldade de mobilização”, lamenta. “Este ano, do ponto de vista sindical, deve ser o pior desde a Nova República.”





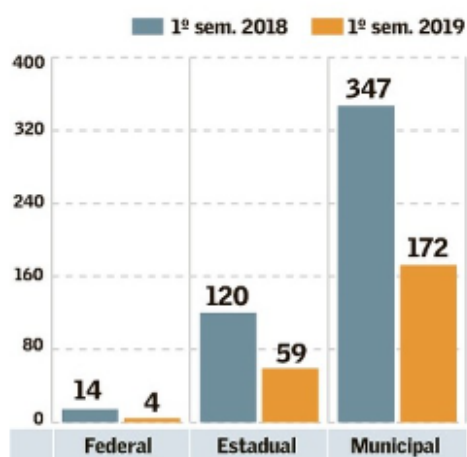
Menos paralisações

Setor público puxou queda no número de greves

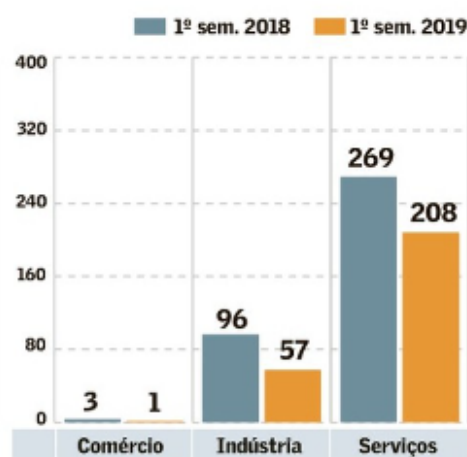
Quantidade de greves

Esferas	1º sem. 2018	1º sem. 2019	Variação - em %
Esfera Pública	525	258	-51
Funcionalismo Público	481	236	-51
Empresas Estatais	44	22	-50
Esfera Privada	369	268	-27
Esfera Pública e Privada	5	3	-40
Total	899	529	-41

Greves no funcionalismo público, por nível administrativo



Greves nas empresas privadas, por setor



Principais motivos das greves no 1º sem. 2019*

No funcionalismo		No setor privado	
Reivindicações	%	Reivindicações	%
Reajuste salarial	53,4	Atraso de salário	56,3
Condições de trabalho	23,7	Alimentação	27,6
Plano de cargos e salários	19,5	Reajuste salarial	14,9
Atraso de salário	17,4	Demissão	10,4

Fonte: Dieese. *A soma dos percentuais pode ser superior a 100% pois uma mesma greve pode ter múltiplas reivindicações

Ensino técnico para poucos

ANTÔNIO GOIS

Apenas 8% dos alunos brasileiros concluíram o ensino médio com uma formação em nível técnico. É um percentual baixíssimo, considerando que, na média da OCDE (organização que congrega, em sua maioria, países desenvolvidos), ele chega a 40%. Esses são dados que constam do relatório Education at a Glance, divulgado na semana passada pela OCDE. Há pouca divergência no meio educacional sobre a necessidade de expandir a modalidade. Tanto que o Plano Nacional de Educação estipulou como meta até 2024 triplicar o número de matrículas, o que significa chegar a um patamar de 5,2 milhões de alunos. Não estamos nem próximo disso (são 1,8 milhão hoje), e nada indica que, no atual ritmo, chegaremos lá.

No entanto, há no relatório da OCDE também o destaque para outras características, menos conhecidas e debatidas, do ensino técnico no Brasil. Uma delas é que somos uma das poucas nações em que o desempenho dos alunos que frequentam o ensino técnico é superior em relação aos demais nas provas de ciência do Pisa. Resultado semelhante já havia aparecido em outro estudo, publicado em 2017 no boletim Na Medida, do Inep (autarquia do MEC). Ao

compararem a média dos estudantes no Enem e na Prova Brasil, os pesquisadores Geraldo Andrade da Silva Filho e Gustavo Henrique Moraes identificaram que “estudantes de ensino técnico experimentam uma melhor evolução na aprendizagem no ensino médio, em termos de formação geral, do que seus colegas do ensino propedêutico, contrariando a interpretação de que a formação técnica, por seu caráter profissional, alija os estudantes de uma apropriada formação intelectual”.

Uma hipótese para explicar o melhor resultado dos alunos do ensino técnico em testes como o Pisa e o Enem é a de que a formação profissional, quando bem alinhada ao ensino das disciplinas tradicionais, pode tornar o ensino médio mais atrativo e conectado à prática. Há outra possível explicação que é bastante condizente com a literatura acadêmica sobre os fatores que mais explicam o rendimento escolar: a OCDE, na nota que fez sobre os dados do Brasil no Education at a Glance, destaca que somos o único país entre aqueles com dados disponíveis para essa comparação em que o aluno que frequenta o ensino técnico tem, em média, maior nível socioeconômico em relação aos demais estudantes do ensino público tradicional.

Em muitos países desenvolvidos a preocupação no caso do acesso ao ensino técnico é exatamente a oposta do que ocorre no Brasil: evitar que alunos mais pobres sejam direcionados ao ensino técnico por falta de opção, aumentando a desigualdade em relação aos que optam pela trajetória acadêmica, visando ingresso no ensino superior. Essa é uma realidade que já vivenciamos no Brasil. Basta lembrar que, durante a ditadura Vargas, a famosa reforma Capanema estabelecia, com todas as letras, que o ensino técnico era destinado “às classes menos favorecidas”. O cenário que verificamos hoje, porém, não é este. Muitas escolas técnicas, por serem vistas como de maior qualidade, acabam atraindo estudantes que buscam nelas justamente uma melhor preparação para o Enem.

No papel, a reforma do ensino médio prevê maior integração entre o ensino técnico e o acadêmico. Há riscos e oportunidades. A chance é de democratizar o acesso ao ensino técnico no Brasil. O perigo, nada desprezível pelo nosso histórico, é o de expansão sem qualidade. Sabemos oferecer educação pública em bom nível para poucos. Nunca conseguimos fazer isso para todos.

PESQUISA »

Novas interações no mundo virtual

Para público entrevistado, entre 15 e 29 anos, o conceito de conexão vai além da internet e inclui conceitos como inspiração, espaço de oportunidades e rede de relacionamento

» Paula Pacheco



Levantamento busca entender como os jovens brasileiros lidam com a web, as tecnologias digitais e as conexões

São Paulo — A 3ª edição da pesquisa Juventudes e Conexões, da Fundação Telefônica Vivo, realizada pela Rede Conhecimento Social, em parceria com o Ibope Inteligência e que será divulgada nesta segunda-feira, mostra que os jovens têm uma compreensão sobre estar conectado que vai muito além de estar com o smartphone conectado à internet.

Segundo os entrevistados — 1.440 jovens, na faixa compreendida entre 15 e 29 anos —, representando todas as classes e regiões do país, estar conectado tem a ver com conceitos como inspiração, interatividade, visão de mundo, novas fronteiras, espaço de oportunidades, rede de

relacionamentos e construção de realidades. O levantamento buscou entender como os jovens brasileiros se relacionam com a internet, as tecnologias digitais e as diferentes formas de conexão, sob o viés da educação, do empreendedorismo, do comportamento e da participação social.

Desde a primeira edição, a pesquisa vem passando por mudanças para adequar seu conteúdo aos novos hábitos. Em 2013, 42% dos jovens utilizavam o celular como principal meio para se conectar à internet. Hoje, esse número chega a 91%. Assim também ocorreu com o uso de TV, que aumentou de 6% para 31% nesta edição. Esse comportamento é atribuído à popularização do streaming — os serviços de transmissão de vídeos, músicas e jogos instalados em smartvts.

O levantamento mostrou ainda os videogames e relógios como novos dispositivos de conexão para os jovens. Esses devices, segundo os coordenadores da pesquisa, deverão ser monitorados a partir de agora. No caso dos videogames, ele hoje já responde por 19% das conexões, pouco acima dos tablets, com 19%. A mudança de comportamento colocou a internet e tudo que ela representa como algo indispensável e, mais do que isso, dominante na vida desse público, que diz só não estar on-line quando dorme, quando

os créditos do celular e a bateria acabam ou, dependendo do caso, quando estão estudando ou trabalhando. O comportamento é confirmado na quantidade de atividades que os jovens fazem quando estão conectados, que aumentou de 15, nas duas primeiras edições da pesquisa, para 22 na edição atual.

O bate-papo e a diversão são o principal ponto de contato entre jovens e a internet. Entre as atividades realizadas na rede, a comunicação (100%) e o lazer (100%) são unanimidade, seguidos por informações e serviços (99%), capacitação e trabalho (98%) e comércio eletrônico (88%).

Relevância

As redes sociais, apesar de terem seu papel tão debatido nos últimos anos, têm uma relevância baixa quando se trata de influência no aprendizado (16%), na decisão sobre quem se quer ser (17%), no comportamento empreendedor (25%) e como meio para participar da sociedade (32%). Apesar de ocupar grande parte do uso da internet, são os sites temáticos e as plataformas especializadas apontados por esse público como fontes importantes para a construção de referências. Apesar dessa separação de interesses, 97% acessam ao menos uma rede social e 80% criam ou publicam conteúdos.





Apesar de os meios digitais serem importantes, os jovens, de acordo com os entrevistados, apontam a escola e a faculdade como referência, tanto para o aprendizado (60%) quanto para a formação de suas identidades (56%), para o empreendedorismo (44%) e para a participação na sociedade (47%).

Além da escola, tanto professores quanto educadores são referências no aprendizado dos jovens (61%), como estímulo para participarem da sociedade (40%), no comportamento empreendedor (45%) e na escolha sobre quem querem ser (45%).

Outra fonte procurada pelos jovens, segundo a pesquisa, são profissionais como terapeutas, assistentes sociais e conselheiros tutelares. No centro de um debate governamental, os livros didáticos e educativos são relevantes para a educação (36%) e para a formação de identidade (35%). Esses dados, de acordo com os resultados do levantamento, mostram o status real que a escola tem na vida dessa parte da população e como o ambiente é subestimado e distante da realidade da evolução tecnológica.

O ensino superior, que também tem sido alvo de discussões acaloradas por conta de diretrizes do atual governo, é apontado como espaço do exercício da autonomia do pensamento e do comportamento. Também foram citados pelos entrevistados os espaços culturais, as organizações, os projetos sociais e os coletivos.

É oportuno repensar o modelo de escolha de reitores?

JOSÉ MATIAS-PEREIRA

Economista e advogado. Doutor em ciências políticas. Professor e pesquisador em administração pública da Universidade de Brasília

A universidade, essencial para apoiar o desenvolvimento socioeconômico e cultural de qualquer país, ainda é uma instituição pouco conhecida pela maioria da população brasileira. As universidades podem ser definidas como organizações complexas que se dedicam ao ensino superior, à pesquisa e à extensão, que primam pela aglutinação do conhecimento e o saber produzidos pela humanidade. Instituição que tem origem no mundo ocidental, a universidade nasceu na Itália, França e Inglaterra no século 12, se disseminando posteriormente por toda a Europa a partir do século 16, notadamente nos séculos 19 e 20. Registre-se que, mesmo diante das profundas transformações que o mundo vivenciou nos últimos séculos, ela se mostrou capaz de se adaptar às mudanças, o que lhe permitiu cumprir até a atualidade, o seu relevante papel social e econômico.

A primeira missão da universidade: o ensino surge com a criação, no século 11, da primeira universidade europeia, a universidade de Bolonha, em 1088.

A sua segunda missão: a pesquisa emerge apenas no século 19, em especial, na Alemanha, na França e na Inglaterra. A partir da segunda metade do século 20, especialmente nos Estados Unidos, impulsionada pela emergência da inovação, a universidade assume o papel de principal vetor do processo de desenvolvimento econômico e social.

As transformações provocadas pela chegada da quarta revolução tecnológica, apoiada nas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e na inteligência artificial (IA), impactaram em todas as áreas de atividade, economia, empresas, governos, pessoas e o trabalho. A interação entre sistemas digitais, físicos e biológicos, traz desafios à própria definição do significado de ser humano. As universidades também estão sendo afetadas por essas profundas mudanças. Esse ambiente instável foi agravado pelos efeitos das crises econômicas, que reduziram sensivelmente as suas fontes de financiamento, o que tem evidenciado que a estrutura organizacional da universidade necessita ser repensada, para permitir a implantação de nova cultura institucional, que viabilize as mudanças que se fazem necessárias para articular a universidade, a indústria, os governos e a sociedade num mesmo ambiente.

Registre-se que, no Brasil o artigo 207 da Constituição Federal de

1988, estabelece que as instituições têm autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Isso não se concretiza na prática, em especial, pela elevada dependência das universidades de financiamentos oriundos do orçamento público. Por sua vez, a Lei nº 9.192, de 1995, que regulamenta a escolha dos reitores das instituições federais de ensino superior, e estabelece que é de atribuição do presidente a escolha dos nomes apresentados da lista tríplice, tem se revelado inadequada para melhorar o desempenho das universidades.

A nova economia, baseada no conhecimento, impõe a necessidade de se estimular e valorizar as pessoas talentosas, pois são elas que farão a diferença num ambiente onde o conhecimento se tornou essencial para alcançar o desenvolvimento social e econômico, apoiado na ciência, na tecnologia e na inovação. As universidades, em que pesem os desafios e obstáculos atuais, são instituições essenciais para o desenvolvimento social e econômico do país. Nesse sentido, sem tirar o mérito dos atuais e ex-reitores de universidades públicas, entendo que chegou a hora de repensar o modelo vigente de eleições para escolher os seus dirigentes.

As universidades necessitam ser legitimadas pela sociedade, ou seja, não devem, nem podem ficar distantes da população, à mercê das





pressões corporativas, bem como, se transformarem em locais de embates de políticas partidárias. Como ocorre nos países mais evoluídos, a escolha desses dirigentes não devem ficar restrita apenas aos integrantes da instituição. Pode-se concluir, que essas mudanças complexas exigem que os dirigentes das universidades públicas, além do reconhecimento acadêmico, tenham experiência como gestor, aliada a uma aguçada capacidade aglutinadora para gerir essas instituições nessa fase difícil de transição. Por sua vez, a maior ameaça para as universidades públicas brasileiras, nesse contexto de turbulências, é a resistência às mudanças por parte dos seus principais atores e em especial, gestores, professores e pesquisadores.

Direito do consumidor

Como agir caso o reajuste da mensalidade seja abusivo?

Com a chegada do período de renovação de matrículas, o aumento de preço é comum. Salários de funcionários, tarifas de energia e água e impostos podem colaborar para a alta

» Ana Maria da Silva*

Os pais das crianças que estudam em escolas particulares do Distrito Federal já começaram a se preocupar com as mensalidades do próximo ano. Isso porque a previsão de reajuste é de pelo menos 8%, quase o dobro dos 4,25% deste ano. Mas, afinal, até que ponto esse reajuste pode ser considerado adequado? Muitas escolas podem se aproveitar dessa situação para cobrar um valor abusivo e desproporcional.

O especialista em direito do consumidor Walter Viana explica que “o reajuste deve ser proporcional ao aumento do custo que a instituição de ensino teve ao longo do ano”. Entre os índices que colaboram para esse aumento, estão o reajuste de salário de professores e demais empregados, aumento nas tarifas de energia e água, aumento de impostos, e outros gastos que afetarão de forma direta o valor da mensalidade escolar.

Álvaro Moreira Domingues Júnior, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal (Sinepe-DF), diz que, apesar das alterações de preços, o mercado se regula com facilidade. “Há 1,2 mil escolas onde o pai pode colocar o filho. Então, há uma oferta significativa de serviços variados segundo a demanda e o desejo de cada família, principalmente de escolas particulares, que podem oferecer serviços segundo aquilo que a família deseja”, afirma. Álvaro acrescenta que a recomendação feita aos colégios é de que tudo seja esclarecido no ato da matrícula para que famílias e escolas tenham uma boa relação.

Ana Paula de Souza Torquato de Lima, 38 anos, mantém 2 filhos em uma escola particular há cinco anos. Ela conta que em junho de 2018 seu filho mais novo foi diagnosticado com autismo, e apesar da orientação médica de matriculá-lo em uma escola particular para que o desenvolvimento fosse observado, poucos meses ele depois precisou deixar o colégio. “Ele foi matriculado na mesma escola que o irmão. No entanto, em setembro recebemos os novos valores já reajustados. Foi um susto. A mensalidade do meu filho mais velho sofreu um aumento muito expressivo”, diz.

Ana não conseguiu manter os dois na escola e precisou transferi-los para uma escola da rede pública. Ela afirma que achou o aumento da taxa da matrícula injustificável e reclama não ter sido avisada com antecedência. “Tentamos negociar. A princípio, nos ofereceram um desconto para irmãos. Ainda assim era inviável. Depois de uma semana de negociações, conseguimos um desconto que tornou o valor das mensalidades mais acessível, e o meu filho foi matriculado”, lembra.

De acordo com a diretora do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon), Marília Sampaio, a primeira medida dos pais deve ser ir até a escola para apurar se o reajuste corresponde ao aumento de gastos. “Os pais têm direito de ter acesso a esse balanço feito pela escola para chegar ao valor do reajuste e observar se, eventualmente, a escola está praticando reajuste dentro dos custos que ela tem”, pontua. As escolas devem apresentar uma planilha de custos até 45 dias antes do fim do período de matrícula e o processo de reajuste aplicado na mensalidade deve ser fixado em local visível na escola, assim como previsto na lei nº 9.870/99, que regulamenta os reajustes de mensalidade.

O advogado Walter Viana alerta que, se notar alguma inconsistência,





o consumidor deve pedir a revisão do reajuste da mensalidade. Caso não seja acatado pela escola, os pais devem procurar, inicialmente, o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon). Caso não haja solução, devem recorrer ao Poder Judiciário.

"O reajuste deve ser proporcional ao aumento de custos que a instituição teve ao longo do ano"

Walter Viana, Especialista em direito do consumidor

A UnB e a sociedade

Pode parecer, para Brasília e sua comunidade, um conselho como tantos outros que a universidade possui e que ajudam na governança da entidade. Quero chamar a atenção porque não é o que parece.

Se olharmos para a composição do Conselho Comunitário - CC -, percebemos que há uma inovação na governança da UnB que pode trazer consequências muito positivas para Brasília e para a Universidade.

No Conselho Comunitário, participa uma representação do GDF, uma da Câmara Legislativa, entidades dos trabalhadores, entidades empresariais, organizações governamentais e não governamentais ligadas ao ensino, pesquisa e extensão, ex-alunos, além das representações dos professores e técnicos aposentados. O reitor e o vice ocupam a presidência e a vice-presidência do Conselho.

É interessante o trabalho que pode ser desenvolvido. Por exemplo, é conhecido de todos que a criação de empregos no DF é muito dependente do funcionalismo público, federal e distrital. O emprego é um dos grandes proble-

mas do DF.

Não tenho dúvidas de que esse desenvolvimento virá com a participação ativa da academia, com o setor produtivo, legislativo e executivo do DF. A participação dos trabalhadores, das organizações governamentais ou não, dos aposentados e dos ex-alunos ajudará a compor um eixo de desenvolvimento com justiça, responsabilidade social e ética.

Parabéns à reitoria e a todas as entidades participantes do Conselho Comunitário. Lembremos que as crises passam, mas o problema é saber o que fazer depois, aproveitando as oportunidades que se apresentam. Desejo a todas as entidades que participam do Conselho que não deixem escapar esta oportunidade para o Distrito Federal.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ, professor aposentado do departamento de Engenharia Mecânica, ex-reitor da UnB, Secretário de Estado da Educação do DF, de 1995 a 1998, e conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de 2012 a 2016

Ordem unida na sala de aula

Proposta do presidente Jair Bolsonaro para implementar o modelo cívico-militar indica uma orientação autoritária e disciplinadora e uma vontade de suprimir as individualidades dos estudantes

Caroline Oliveira

A educação, assim como a cultura, é o ponto de partida para a construção e sustentação de visões de mundo, concepções e valores. É o campo em que o indivíduo decide se ama suficientemente o mundo para se responsabilizar por ele, como escreveu a filósofa alemã Hannah Arendt. Em outras palavras, o ensino de hoje assenta os caminhos que serão perseguidos a médio e longo prazo. Por isso, a escolha do governo federal de demonizar o pedagogo Paulo Freire, por exemplo, que preconizava uma educação política e orientada para a conscientização dos alunos sobre sua condição social, e enaltecer o modelo cívico-militar, baseado na ordem e na disciplina, reforça uma orientação autoritária e uma vontade de impor uma visão de mundo unificada e conformista. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, lançado pelo presidente Jair Bolsonaro neste mês, prevê a instalação de mais 216 colégios desse tipo até 2023, a uma média de 54 por ano. As justificativas para levar o plano adiante se dão em torno de diferenciais como respeito à



cidadania, suporte necessário para a gestão, disciplina e organização. Mas desconsideram aspectos como a diversidade e a construção do pensamento individual.

O principal alvo de críticas daqueles que são contrários ao modelo cívico-militar é, justamente, a supressão das individualidades dos estudantes. Na Bahia, por exemplo, onde estão funcionando 13 instituições de cunho militar, o Ministério Público Federal do estado caracterizou o sistema educacional como “autoritário”. O órgão, para o qual está em jogo a “liberdade de expressão”, solicitou que as escolas deixem de interferir no corte de cabelo, cor das unhas e maquiagem dos alunos. “Uma educação política ou cívica de qualidade se dá quando é voltada para princípios

democráticos, e não o contrário”, explica Andressa Pellanda, coordenadora executiva da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que estudou, entre 2002 e 2008, no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Para ela, a inconsistência do programa fica visível quando tentam separar gestão da escola (e da disciplina) da parte didática. A primeira fica restrita aos militares e a segunda, aos professores. “Isso denota uma completa falta de compreensão sobre a educação. Em uma escola, da gestão à merendeira, todos são educadores”, diz.

Os colégios hoje regulamentados pelo modelo cívico-militar estão concentrados em Goiás, Amazonas, Minas Gerais, Roraima e Distrito Federal. No País, são 203 escolas cívico-militares que perfazem a





média sete no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Com mais investimentos e com índices expressivos, a disputa para entrar nesses colégios é grande. No Colégio Militar de Brasília, em 2017, houve 1.212 candidatos para 25 vagas oferecidas para o sexto ano, uma relação de 48,48 candidatos por vaga. De acordo com Pellanda, a seleção por meio das provas é para estudantes filhos de civis. Para filhos de militares, as provas não existem. Nesse caso, os poucos que passam são, geralmente, de classe média ou classe média alta, e a questão socioeconômica dá um caráter diverso à instituição. “Aqueles com maior repertório conseguem notas mais altas e o Ideb, consequentemente, sobe”, diz Andressa. No Ideb, que mede o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, as instituições de ensino militares têm média 7, e as cívico-militares, 5,6. A média nacional está bem abaixo, 4,9.

Investimentos

A qualidade da rede de colégios militares e cívico-militares não está atrelada à gestão militar, mas ao investimento adequado. Se as escolas convencionais recebessem o mesmo investimento teriam certamente um desempenho melhor. No modelo proposto pelo governo, há dois tipos de investimento: direto, do governo federal, e indireto, do Ministério da Defesa, que abrange estrutura e recursos humanos. O salário dos professores é digno e as condições de trabalho também. O melhor remédio seria o investimento do governo em escolas de educação básica, e não necessariamente a construção de colégios cívico-militares. Mas o presidente, vindo do Exército, ainda insiste: “Se aquela garotada não sabe interpretar um texto, não tem que perguntar para o pai se ele quer uma escola com militarização. Tem que impor”, afirma. Esse é o problema do modelo pretendido por Bolsonaro: é impositivo e anti-democrático.



**“Uma
educação
política ou
cívica de
qualidade se
dá quando é
orientada por
princípios
democráticos,
e não o
contrário”**

Andressa Pellanda,
educadora





DISCIPLINA Governo quer instalar 54 escolas cívico-militares por ano até 2023: modelo separa a gestão da escola e o controle do comportamento da parte didática

que as escolas deixem de in-

A MILITARIZAÇÃO EM NÚMEROS

203

escolas cívico-militares em funcionamento no Brasil

216

novas escolas cívico-militares até 2023

R\$ 54 MILHÕES

investimento em escolas cívico-militares até 2023

R\$ 1 MILHÃO

para cada escola por ano

‘VALORIZAR PROFESSOR TAMBÉM É INVESTIR EM EDUCAÇÃO’

Educadora promoveu o ensino de robótica com uso de sucata numa escola da periferia de São Paulo e foi uma das dez finalistas do ‘Oscar’ da pedagogia

ULIANA VAZ

sociedade@oglobo.com.br

A professora Débora Garofalo

foi uma das dez finalistas da edição de 2019 do Global Teachers Prize, prêmio considerado o melhor da educação. Ela foi selecionada devido a um projeto que desenvolveu com os alunos de uma escola na periferia de São Paulo, promovendo o ensino de robótica a partir de sucata. Mais de uma tonelada de lixo foi tirada das ruas para e tornar material das aulas (itens não usados foram destinados a descarte adequado). Trabalhando hoje na Secretaria de Educação do Estado, a professora conta, nesta entrevista, que planeja expandir a experiência e implementar disciplina de tecnologia e inovação em 3.808 escolas da rede, atingindo 2,5 milhões de alunos do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Garofalo é uma das convidadas do evento Educação 360 Encontro Internacional, que acontece amanhã e terça-feira, na Cidade das Artes, na Barra da Tijuca.

Em 14 anos como professora na rede pública, quais as maiores dificuldades que encontrou?

Desde as condições precárias vivenciadas pelos alunos à falta de estrutura e de apoio dos próprios colegas e da gestão das escolas. Houve um episódio em que a escola foi invadida enquanto eu estava dando aula para o 5º ano. Chutaram a porta da sala, e uma carteira de ferro me atingiu na perna. Pensei que tinha tomado um tiro, foi terrível, tive que me afastar temporariamente. Percebi, então, que não basta o professor realizar atividades dentro da sala, é necessário envolver o entorno da escola e criar impacto do lado de fora. Educar não é só administrar um conteúdo, um currículo.

Acha que as redes de ensino no país estão prontas para pôr isso em prática?

Há políticas públicas em alguns estados, como em São Paulo, onde o currículo contempla a educação integral. Mas é preciso avançar na formação do professor, porque ele aprende a administrar conteúdos e se tornar um mediador de conhecimento, mas aspectos sociais são deixados de lado. Frequentemente, o professor abandona a sala por falta de apoio. O professor precisa ter concepção maior da educação, pautada na educação integral. O meu trabalho de robótica com sucata foi sustentado porque envolvi primeiro os alunos para serem protagonistas da sua história, depois a comunidade e só depois meus próprios colegas e

a gestão da escola.

O salário dos professores no Brasil é muito inferior à média mundial, segundo relatório da OCDE recém-divulgado. Que impacto isso causa?

Com baixo salário, o professor tende a procurar outras redes para complementar a renda e deixa de ter dedicação exclusiva a uma escola. Trabalhar em escolas, com contextos diferentes, é muito complexo. O professor deixa de render porque precisa do mínimo para sobreviver. Valorizar o professor também é investir em educação. Todas as políticas públicas a nível mundial passam por essa valorização. Sem suporte, o professor não oferece excelência dentro da sala.

Projetos inovadores, como o seu, dependem muito da iniciativa de cada professor?

Precisamos valorizar as boas práticas. Sinto que há muitas outras Déboras por aí com trabalhos de excelência, mas para que esse trabalho possa ter amplitude maior, precisa ser transformado em política pública. Esta é uma luta pessoal minha. Tive a sorte de ter um gestor que olhou para o meu trabalho e falou: “venha para cá para alavancar esse trabalho para os outros 2,5 milhões de estudantes”.

Como a tecnologia pode ajudar na aprendizagem?

Acredito na tecnologia como





propulsora da aprendizagem, é importante para os estudantes que nasceram neste século e estão ancorados ao digital. Um simples celular já é importante.

Mas o uso de celular também é criticado por dispersar a atenção das crianças.

Se não houver restrição, o aluno usa o celular para entretenimento. Mas, com suporte pedagógico, é possível usá-lo como propulsor de aprendizagem. Em muitas escolas, o celular é o único aporte para trabalhar com tecnologia. A gente tira foto, produz vídeo, programa a parte de robótica e controla por bluetooth. O celular virou aparato importante nas escolas brasileiras.

Então mesmo com poucos recursos é possível inovar?

Nunca tive kit de robótica, é muito caro. Eu podia cruzar os braços ou fazer com o que tinha, então apostei num ensino usando material não estruturado. As crianças começaram com o que tinham em mãos: sucata e componentes eletrônicos que encontramos na rua. Eu vi ventilador se tornando hidrelétrica, potes de sorvete virando robôs desenhistas e papelão se transformando em robôs sustentáveis com um alto grau de perfeição, exercitando a criatividade e a inventividade para tratar de um problema real, o lixo na comunidade.

Como vê o projeto Escola Sem Partido, que impediria o professor de abordar temas políticos ou de gênero ?

O nosso maior partido tem que ser a escola. Para formar cidadãos

críticos e éticos a gente precisa ter autonomia para dialogar com os alunos sobre o que ocorre no mundo. A escola não pode ser uma ilha. Temos adolescentes que ficam grávidas com 13 anos, então trazer a área da saúde para conversa refalar dos riscos de uma gravidez precoce é necessário. Os próprios alunos têm curiosidade de conversar sobre assuntos que ocorrem na comunidade. Alguns me trouxeram a questão do cyberbullying, e convidei a promotora pública e os pais dos alunos para um debate sobre o comportamento nas redes sociais.

E quanto ao ensino domiciliar? A figura do professor ainda é essencial?

É imprescindível, e a escola também exerce um papel primordial. A escola representa tudo para eles, é o lugar de segurança, do abraço, da conversa. Meus alunos passam o Natal e o Ano Novo na quadra da escola. Muitas vezes falta até moradia, então a escola é o espaço de socialização comum.

Não basta o professor realizar atividades dentro da sala, é necessário envolver o entorno da escola e criar impacto do lado de fora

É preciso avançar na formação do professor, porque ele aprende a administrar conteúdos e se tornar um mediador de conhecimento, mas aspectos sociais são deixados de lado

Sem suporte, o professor não oferece excelência dentro da sala

O nosso maior partido tem que ser a escola. Para formar cidadãos críticos e éticos a gente precisa ter autonomia para dialogar com os alunos sobre o que ocorre no mundo.

Igreja expulsa nove padres em disputa por colégios de SP

Grupo era dissidente e alterou estatuto da sociedade que controla 22 entidades

Fabício Lobel
SÃO PAULO

"Uma só alma, um só coração" é um dos lemas dos agostinianos, grupo religioso seguidor dos preceitos de santo Agostinho.

O mote, porém, não reflete o cisma entre os agostinianos no Brasil que resultou na suspensão do direito de nove padres de exercerem o cargo.

Na prática, eles não podem mais celebrar missas ou dar bênçãos. Para os agostinianos, esses religiosos devem ser chamados de ex-padres.

Entre os expulsos está o espanhol César Rafael Rodríguez Martínez, de 92 anos, 66 deles vividos como padre.

No centro da expulsão está a disputa pelo controle de três colégios tradicionais, dois deles em São Paulo, o Agostiniano Mendel, no Tatuapé, e Agostiniano São José, no Belém, ambos na zona leste. Há ainda o Nossa Senhora de Fátima, em Goiânia.

As escolas, com 9.300 alunos, são controladas pela Saea (Sociedade Agostiniana de Educação e Assistência).

O maior e mais famoso dos colégios, o Mendel está entre as 50 melhores instituições de ensino no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e entre os 12 melhores no estado de São Paulo.

A disputa pelos colégios começa em 2013, quando era discutida a união de três entidades agostinianas, no que viria a ser chamada de Província Agostiniana do Brasil e passaria a ser representante da Ordem Agostiniana no país.

Entre elas estavam o Vicariato de Castela, responsável pelos três colégios; a delegação de Malta; e o Santíssimo Nome de Jesus do Brasil, administradora do colégio Santo Agostinho, no centro de São Paulo.

Parte dos padres de Castela se separaram do grupo, em 2013, por divergência sobre a forma como a unificação vinha sendo tocada.

No ano seguinte, em assembleia, esses padres alteraram o estatuto social da Saea. Entre as alterações estavam, por exemplo, a possibilidade de inclusão de

membros que não fazem parte da Ordem de Santo Agostinho ou mesmo da Igreja Católica (ser católico continuou sendo requisito).

A obediência ao Direito Canônico e às Constituições da Ordem de Santo Agostinho também deixam de fazer parte do estatuto. A Província viu o movimento como um golpe, um sequestro do patrimônio.

Em 2015, a Província ameaçou os padres de expulsão da Ordem caso não recuassem da alteração no estatuto. O pedido não foi atendido e os padres foram expulsos.

No ano passado, o embate subiu mais um degrau. Com apoio de representações superiores da igreja no país, os padres foram ameaçados de perderem seus direitos clericais, o que foi confirmado em agosto último. Na prática, já não podiam mais serem chamados de padres.

"Recebemos a decisão com surpresa e perplexidade", diz o espanhol José Florencio Blanco Melon, 62 (37 anos de sacerdócio).

"A Congregação do Clero nos tinha dado um tempo para nos defender, mas a punição veio antes do prazo. Diante da gravidade da punição, pensávamos que seria um





processo feito com diálogo, mas isso não aconteceu."

Frei Claudio de Camargo, Prior da Província do Brasil, discorda. Em nota, ele diz que o afastamento dos padres ocorreu após muitas tentativas, juntamente com bispos e com a Cúria Romana, de buscar uma solução satisfatória para todos, o que não ocorreu.

A disputa religiosa ganhou a Justiça quando a Província tentou retomar a tutela dos colégios, num processo que corre em segredo de Justiça.

Os dois grupos divergem basicamente sobre a vinculação da Saca à igreja. Para os dissidentes, a sociedade é uma entidade civil, sem ligação institucional e legal com a igreja.

Para a Província, a vinculação histórica é comprovada. Frei Claudio diz tentar garantir que as obras religiosas, educacionais e assistenciais permaneçam fiéis ao espírito agostiniano e católico, como sempre foram, até 2014.

Eduardo Flauzino Mendes, 47, outro padre expulso e hoje administrador dos três colégios, defende a mudança no estatuto justamente para que os colégios continuem com as mesmas diretrizes,

sem interferência externa.

Mãe de dois alunos do Agostiniano São José, Roberta Pedro Bom diz que a eventual saída dos religiosos da administração do colégio deverá ter um impacto maior do que a suspensão dos padres.

"O colégio é bem visto pelos pais. Existe uma confiança muito grande, do ponto de vista pedagógico e também humanista", diz.

Mais recentemente, quem entrou na discussão para defender os expadres foi o jurista José Roberto Nalini, ex-secretário estadual de Educação e ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Para ele, a Província Agostiniana usa dogmas religiosos em nome de uma cobiça material. "A Ordem nunca enviou um tostão aos colégios. Agora quer se apossar. É uma questão de cobiça econômica", diz.

Até mesmo o segredo de Justiça no processo é criticado. "Pediram segredo de Justiça para que a sociedade não os veja se digladiando por propriedades", critica. A Província diz ter pedido sigilo para preservar os religiosos expulsos.

Além dos três colégios, a sociedade cuida de 19 entidades,

entre elas ações sociais e creches, além de chácaras, um clube, um centro de convenções e uma fazenda.

Em primeira instância, a Justiça decidiu que a alteração do estatuto foi irregular, mas não conferiu a tutela dos colégios à Província.

A expulsão dos nove padres mobilizou fiéis das igrejas antes comandadas por eles, pais de alunos dos colégios e famílias assistidas pelas entidades sociais. Fiéis dizem ter recolhido mais de 23 mil assinaturas em apoio aos religiosos.

Na noite da última quinta-feira (12), cinco vigílias foram realizadas. A Província diz se solidarizar com os fiéis e se comprometer em manter todas as atividades hoje desempenhadas pela Saca.

Enquanto isso, os religiosos tentam reverter a demissão que oficialmente tem caráter supremo, irrevogável e sem possibilidade de recurso.

"Tem o recurso ao santo padre. Nós já fizemos esse pedido ao papa e estamos à espera de uma solução. Nesse sentido estão dirigidos nossos esforços e orações", diz José Florencio Blanco Melon.

Fetichismo educacional

Em sua principal medida voltada à educação básica até o momento, a gestão Jair Bolsonaro (PSL) lançou um programa para a criação de escolas cívico-militares.

Trata-se de modelo híbrido de colégio, no qual egressos das Forças Armadas atuarão como tutores e administradores, ao passo que educadores ficarão responsáveis pela parte didático-pedagógica.

De acordo com o decreto que instituiu a iniciativa, até 2023 deverão estar implantados em todo o país 216 estabelecimentos de ensino como esses. As redes estaduais e municipais serão responsáveis por indicar as escolas a serem convertidas para essa modalidade.

O governo federal investirá R\$ 1 milhão em cada instituição para o pagamento dos militares, a melhoria da infraestrutura das unidades e a compra de materiais escolares.

Entretanto todo esse esforço corre o risco de se mostrar inócuo diante do objetivo de atacar o imenso atraso educacional brasileiro.

Os equívocos começam pelo fato de a proposta direcionar uma quantidade expressiva de recursos do combatido Orçamento para um conjunto diminuto de instituições. Ao longo dos próximos anos, o programa federal apoiará apenas 0,0012% das quase 182 mil

escolas da educação básica.

Os resultados, mesmo que venham a ser positivos, acabarão diluídos de forma homeopática no oceano de problemas e fragilidades do ensino nacional.

Nem o progresso pontual parece garantido, porém. Não se conhecem evidências de que a militarização, por si mesma, traga melhoria na educação dos alunos.

Como mostrou reportagem desta Folha, os colégios militares, mantidos pelas Forças Armadas e inspiração para o modelo bolsonarista, não se destacam no grupo de escolas que também selecionam alunos e possuem gasto relativo acima da média brasileira.

O que explica os bons resultados desses estabelecimentos, na verdade, são fatores extraclasse: a escolha, por meio de testes, dos melhores estudantes, em geral de nível socioeconômico mais elevados.

Se quiser fomentar a qualidade escolar, o governo deve investir os escassos recursos disponíveis em políticas que contam com amparo em estudos empíricos.

Escolas em tempo integral, valorização e formação de professores, boas práticas pedagógicas e gestão escolar são algumas das experiências que se mostraram bem-sucedidas. Cumpra aprender com elas.

Universidade se torna um celeiro de unicórnios



Empurrão. Cica conseguiu tornar rentável a Um Sorvete na Casquinha, que atua na prevenção de transtornos alimentares

Para chegar ao topo de startups cobiçadas, jovens têm disciplinas desde a graduação

Alex Gomes Ocimara Balmant

Unicórnio. A figura mitológica do cavalo com um chifre tornou-se sinônimo de startups que valem mais de US\$ 1 bilhão. Cada vez que uma empresa brasileira atinge esse patamar, o mercado comemora. Animam-se também jovens estudantes, ainda mais interessados em trilhar o caminho dos empreendedores bem-sucedidos. E inspiração é o que não falta. Na liderança de unicórnios brasileiros, há egressos de instituições tradicionais como a Universidade de São Paulo (USP) e a Fundação

Getulio Vargas (FGV).

De olho na vocação e interesse dos novos alunos, essas escolas têm investido em diversificar a grade, com espaço a ideias inovadoras, e atender à demanda de formação para tirar uma empresa do papel. “Temos centenas de startups surgindo na USP. Para incentivar ainda mais, criamos uma trilha de empreendedorismo, com quatro disciplinas focadas em marketing, finanças e recursos humanos, todas pensadas para empreendedores”, diz Moacir de Miranda, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA-USP).

Cinco dos oito unicórnios brasileiros são liderados por pessoas

que passaram pelas salas de aula da universidade, mais especificamente nos cursos de Engenharia, Economia e Administração. Aos alunos que já têm uma empresa em andamento, a FEA dá mentoria para que o negócio decole mais rapidamente rumo ao olimpo dos unicórnios. “Auxiliamos no processo de precificação do produto ou serviço. Em um dos casos que acompanhamos, a startup conseguiu faturar três vezes mais após nossa atuação.”

Na FGV, que tem ex-alunos liderando dois unicórnios nacionais, o tema está na ordem do dia. “Antigamente, os alunos se preparavam para trabalhar em grandes empresas, não queriam montar o próprio negócio. Hoje, grande porcentual busca outros caminhos, querem startups, fintechs e instituições não governamentais. Sinto que os alunos buscam um trabalho que tenha propósito, alguma satisfação pessoal que não seja só o salário”, diz Tales Andreassi, vice-diretor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-EAESP).

Por conta própria, os alunos da FGV também se mobilizam. Em 2014, nascia a Liga de Empreendedorismo, com o objetivo de promover a cultura do “faça-você-mesmo”, por meio de mentorias e conversas com figuras de





destaque do mercado. Graças à Liga, alunos montaram em 2018 a startup Worc, para auxiliar o processo seletivo de restaurantes. “Trouxemos uma tecnologia que vimos no exterior, com inteligência artificial, e ajudamos a reduzir os trâmites de contratação, que duravam até três semanas, para apenas dois dias”, diz Alex Apter, aluno do 3.º semestre do curso de Administração de Empresas.

Pouco mais de um ano após o lançamento, a startup já atende 40 estabelecimentos em São Paulo e Apter vislumbra crescimento. “Vemos bilhões de reais serem investidos em startups brasileiras. Estamos fazendo rodadas de captação e, sem dúvida, nosso horizonte é também chegar a ser um unicórnio.”

Mais rápido. Se as graduações trabalham de forma extensiva a formação do aluno para atuar nessa nova configuração empresarial, há também opções mais pontuais, como especializações de curta duração, que podem ser ajustadas às necessidades mais urgentes da startup.

Na ESPM, de onde saíram alunos que lideram dois unicórnios brasileiros, a pós para

Empreendedores em Negócios Digitais não tem grade fixa. A trajetória de cada participante é definida de acordo com seu perfil e, principalmente, com o projeto.

Foi por essa possibilidade de personalização que Ciça Campos procurou a escola. Hoje no segundo ano, ela conseguiu tornar rentável sua startup, Um Sorvete na Casquinha, que atua na prevenção de transtornos alimentares com a ajuda das redes sociais. “Aprendi a usar melhor as ferramentas como posts patrocinados, além de produção de conteúdo, promoção de eventos e o processo de desenvolvimento de materiais digitais.”

No Insper, o curso Direito em Startups, com 40 horas de duração, se propõe a ajudar o empreendedor nas fases iniciais. “Ao criar a empresa, ele precisa conhecer os prós e contras da escolha de diferentes instrumentos jurídicos para cada uma das situações, como arranjos societários, tecnologias, e aporte de capital de investidores”, diz Rodrigo Amantea, coordenador acadêmico de educação executiva. Afinal, sem entender o ambiente jurídico no qual o negócio está inserido, o caminho rumo ao unicórnio fica ainda mais íngreme.





SERVIÇO

Opções de curta e longa duração

FGV

Curso: graduação em Administração de Empresas
Duração: 3.600 horas
Valor: R\$ 4.687,15/mês durante 4 anos (diurno) ou R\$ 3.749,72/mês durante 5 anos (noturno)
Site: eaesp.fgv.br/cursos/graduacao

ESPM

Curso: Digital Business Lab – pós para empreendedores em negócios digitais
Duração: 390 horas
Valor: até 36 de R\$ 1.182,66
Site: espm.br/pos-graduacao/cursos/sao-joaquim-tavara/db-lab-pos-para-empresendedores-em-negocios-digitais/

Unip

Curso: MBA em startup: marketing e negócios
Duração: 400 horas. Valor: a partir de 12 de R\$ 484,21
Site: posunip.com.br/curso-detalle/mba-em-startup-marketing-e-negocios/11382

Insper

Curso: Direito em startups
Duração: 40 horas
Valor: R\$ 6.370
Site: insper.edu.br/educacao-executiva/cursos-de-curta-duracao/direito/direito-em-startups

FEA (USP)

Curso: bacharelado em Administração
Duração: 8 semestres. Gratuito
Site: fea.usp.br/administracao/graduacao/bacharelado-em-administracao

CLUBE DO BILHÃO

● Arco Educação

Sistema de ensino

● Gympass

Unicórnio que atua como rede de academias de ginástica

● Nubank

Conta bancária digital e cartão de crédito

● 99

Transporte por aplicativo

● Stone

Maquininhas de cartão

● Loggi

Logística

● Movile

Dona de empresas atuantes em diversos segmentos, como delivery de restaurantes (iFood e Spoonrocket) e venda de ingressos (Sympla).

ENTREVISTA

Andrea Poletto Oltramari, professora da UFRGS

‘Formação constante ajuda no networking’

Transformações no mercado têm feito com que se desenvolvam novos conceitos para traduzir habilidades necessárias àqueles que desejam garantir espaço nesse novo cenário. Hoje, dentre os perfis mais buscados está o “profissional T”, letra que simboliza a união do conhecimento amplo e multidisciplinar com aprendizados específicos e técnicos. “Tratase de um profissional conhecido pela polivalência, mas que também tem suas especificidades. Alguém que é especialista e generalista”, diz Andrea Poletto Oltramari, professora na Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisadora do Observatório Internacional de Carreiras (OIC).

Quem é esse profissional T, que alinha o conhecimento amplo com o específico?

Considerando-se as novas

condições do mercado de trabalho, altamente digital, o profissional T apresenta uma característica bem peculiar: está permanentemente em atividade, ligado praticamente 24 horas por dia. Isso se dá tanto por meio das próteses tecnológicas, os smartphones, ou até fora dos ambientes online, porque a mente do profissional T está sempre conectada ao trabalho, preparando reuniões ou antecipando urgências. Mas, nesse cenário, não podemos ignorar a questão da saúde física e mental. A disponibilidade 24 horas tem esse ônus.

• A personalidade influencia para que alguém tenha mais condições de ser um profissional T?

Com certeza alguém que tenha mais facilidade de se relacionar, de compreender o semelhante, o outro na relação, vai ter mais condições de ser um profissional T do que alguém individualista. É importante,

entretanto, notar um paradoxo: as novas configurações de trabalho motivam justamente o individualismo.

• Com relação à formação desse profissional, o que é mais indicado: buscar cursos mais longos, como graduações, ou fazer cursos rápidos de forma constante?

Tem de buscar um pouco de tudo. Entretanto, estar em formação constante traz algo que pode até ajudar mais do que o aprendizado em si, que é a formação do networking. Se uma pessoa está sempre em contato com outras, vai se inserindo, desenvolvendo mais e melhores redes profissionais. Relações informais – aquelas que acontecem no momento do café, no intervalo da aula – podem ser mais eficazes para inserir o profissional no mercado do que mandar currículos por e-mail para um contratador de uma empresa.

/A.G.

Nos EUA, idosos são a última moda nas universidades

Comunidades de idosos anexas aos câmpus são oportunidade para troca de experiência entre gerações – e também nova fonte de receita

Anemona Hartocollis
THE NEW YORK TIMES

A faculdade é um lugar para fugir da vigilância paterna no caso de muitos dos que estão ingressando. Mas uma tendência cada vez mais observada hoje – criar uma comunidade para aposentados perto das repúblicas onde vivem os alunos – pode um dia levar os estudantes a perguntarem: “É uma vovó que está por ali no pátio?”.

Mary Jane Karger e seu marido, ambos com 74 anos, fizeram um depósito de 10% num lar de idosos a ser construído num espaço de 16 hectares dentro dos 202 hectares do câmpus do Purchase College, uma antiga fazenda de gado que hoje pertence à Universidade Estadual de Nova York.

A compra faz parte de um crescente número de universidades que vêm patrocinando comunidades para idosos aposentados no seu campus, ou têm projetos neste sentido. É o sonho de um comerciante, transformar terra ociosa em dinheiro e ao mesmo tempo explorar a riqueza da geração

do baby boom respondendo à sua obsessão de permanecer jovem para sempre.

“Não sei quantos alunos adolescentes ou pessoas nos seus 20 anos querem conversar com pessoas de 70 anos”, disse Mary Jane, assistente social escolar aposentada que planeja vivenciar “a maneira de pensar” dos mais jovens.

As escolas dizem que sua motivação é mais educacional e social – encorajar uma fusão de gerações – do que financeira. Mas essas novas comunidades prometem um novo fluxo de receita para as instituições, que vêm sofrendo com o apoio reduzido do Estado e uma queda no número de matrículas em muitas partes do país.

Elas estão trazendo uma nova geração (ou velha geração) para os câmpus para encher as salas de aula, comer nos restaurantes dos alunos, assistir a performances estudantis e se tornarem mentores.

“Leve em conta a questão demográfica, as dívidas e atrasos de mensalidades e como os Estados estão reduzindo o financiamento para o ensino superior”, disse Tom Schwarz, que se aposentou recentemente como presidente do Purchase College. “O resultado é que as mensalidades estão mais

caras, a necessidade de bolsas aumentou. Tudo se encaixa.”

Os aposentados que se dizem felizes em viver nos câmpus, ao lado de alunos e membros da faculdade, podem se tornar uma fonte muito fértil de arrecadação de recursos. “Não esperamos que 100% das pessoas contribuam, mas de certo modo eles já contribuem apenas vivendo aqui”, disse Schwarz. Controvérsias. Muitos alunos têm reações contraditórias quanto a compartilhar seus anos de faculdade com pessoas que lembram seus pais e avós, de cuja órbita eles conseguiram escapar.

Anton Creutzfeldt, que acabou de ingressar no Purchase College, disse se preocupar que esse público faça objeção ao barulho e às festas até tarde da noite. “É uma ideia interessante, mas já temos problema ao sentirmos o campus como se fosse uma escola, porque não há muito espaço para recreação”, disse ele.

Creutzfeldt disse que participou de aulas com pessoas idosas e a presença delas deixou o clima pesado. “Obviamente uma pessoa mais velha assistindo à aula não está preocupada se vai passar nos exames ou não. Elas estão ali por mero prazer, ou porque desejam aprender. O que cria uma diferença no objetivo da aula. Uma pessoa mais idosa vai





discutir assuntos não relevantes porque interessa a elas ou sobre os quais têm mais experiência, ao passo que os outros estão tentando chegar ao fim da aula.”

O casal Karger, por outro lado, resiste ao estereótipo de velhinhos. E diz que as razões de estarem se mudando para o Purchase College, e não para Miami, é por gostarem de dormir tarde e de festas. Mary Jane Karger acha que os outros moradores também serão assim. “São mais avançados, e não do tipo que vai para a Flórida e acorda cedo”, disse ela.

A comunidade para idosos em Purchase deve ficar pronta em três anos e acolher pessoas

com mais de 62 anos. A idade média dos que já fizeram depósitos para garantir uma vaga no futuro é de 77 anos. O complexo contará inicialmente com 220 apartamentos e casas, e mais uma ala para cuidados assistenciais e para pessoas com perda de memória. E poderá ser ampliado para 385 unidades.

A Universidade Estadual do Arizona vem trabalhando num projeto similar que deve ser inaugurado no próximo ano. Os 252 apartamentos do prédio já estão quase todos vendidos. Outras faculdades estão seguindo o exemplo. A Kendal, organização sem fins lucrativos que respalda uma rede de comunidades de idosos aposentados, está em negociação com a Universidade da Pensilvânia

e outra instituição para criar uma dessas comunidades no, disse Larry Elvleru, portavoz da Kendal.

‘Alunos vitalícios’.

O marketing desses projetos foca o ângulo acadêmico. Autoridades do Estado do Arizona evitam a palavra aposentado, preferindo falar de “alunos vitalícios independentes”. Os administradores imaginam uma via mão dupla em que as pessoas mais velhas, com experiência como médicos, advogados ou músicos, se tornem mentores dos alunos, e estes usem a comunidade de idosos como laboratório para estágio em áreas como gerontologia ou terapia com arte.

Para incentivar esse intercâmbio entre gerações, Arizona está adotando o modelo de Yang, convidando alguns alunos de artes cênicas para viverem gratuitamente no mesmo prédio de apartamentos dos idosos em troca de compartilharem seus talentos com os moradores. “Achamos que há muita coisa a se aprender no tocante à população que envelhece no mundo de hoje e como as pessoas querem continuar a aprender durante toda a sua vida”, disse Todd Hardy, diretor da área de zonas de inovação no Estado do Arizona.

No Lasell Village, criado em 2000, os moradores vivem em 16 prédios interconectados a um câmpus universitário. As casas têm nomes de educadores como Margaret Mead e John Dewey. Os

moradores têm de assistir a aulas, com o custo incluído na taxa mensal que pagam. Um dos cursos mais concorridos neste outono é o de justiça social, cujo número de matriculados é de metade de alunos e metade de moradores da comunidade.

Esses lares de idosos, por seu lado, proporcionam estágios e emprego para estudantes e também uma renda para a universidade decorrente do aluguel e pagamento de serviços de apoio como tecnologia da informação e segurança.

O Purchase e o Estado do Arizona fornecerão um cartão de identidade de aluno para os moradores idosos e estão estudando detalhes de como oferecer a eles as comodidades e serviços dos câmpus. O Legislativo de Nova York aprovou em 2011 o arrendamento de longo prazo de um terreno do Estado para o projeto, e o Purchase College criou uma organização sem fins lucrativos para desenvolvê-lo com uma incorporadora, a um custo projetado de US\$ 320 milhões.

Custo.

As autoridades esperam obter uma renda anual de base de US\$ 2 milhões com os aluguéis que serão usados para financiar as bolsas de estudo e contratar novos professores. A “entrada” cobrada pelo Purchase College vai de US\$ 595 mil por um apartamento a quase US\$ 2 milhões por uma pequena casa. As taxas





mensais de serviço vão de US\$ 4,3 mil a US\$ 8,7 mil por morador e mais US\$ 1,5 mil no caso de uma segunda pessoa.

Se a unidade não for usada, 90% da entrada é devolvida ao morador ou a seus herdeiros. Um quinto das unidades será reservado que ganham menos de 80% da renda média do Condado de Westchester. Nesse caso, o valor de entrada começa em US\$ 250 mil.

No projeto do Estado do Arizona, chamado Mirabella, os preços variam de US\$ 300 mil a mais de US\$ 1 milhão – valor do apartamento de cobertura. Judy Cohen, 82 anos, professora de inglês aposentada, e o marido Martin, 84 anos, cardiologista, se perguntam se seriam bem recebidos pelos estudantes. “Eles têm a própria vida. Não sei quantos chegariam até você e conversariam com...”. Ele silenciou, mas sua mulher concluiu a frase: “Gente velha”, disse ela. “Vamos falar de forma clara”.



Aposentados. Mary and Tom Karger planejam mudança

GDF prevê menos gastos com servidores em 2020



Ibaneis com Anderson Torres: a área de segurança pública receberá o maior aporte de recursos do Fundo Constitucional do DF



André Clemente: foco na eficiência da atual estrutura de governo



Chico Vigilante: preocupação com o reajuste para os servidores

Constitucional do Distrito Federal (FCDF). A Lei Orgânica do DF determina que a proposição seja encaminhada aos distritais até três meses e meio antes do fim das atividades parlamentares e devolvida para sanção do governador, Ibaneis Rocha (MDB), até o encerramento do segundo semestre legislativo.

Entre os três setores que contarão com o aporte federal, a segurança pública receberá a maior parcela, ficando com 52% do total; saúde e educação vêm em seguida, com 26,3% e 21,7%, respectivamente (leia Fundos da União). Além disso, dos R\$ 25,7 bilhões do valor de que o Executivo dispõe para arcar com as despesas, 57,08% serão destinados a cobrir gastos com pessoal. Em 2019, esse índice atingiu 58% do montante de R\$ 26,2 bilhões da receita própria do DF destinados à folha dos servidores.

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada na Câmara Legislativa no fim de junho, o governo estimou uma queda de 4,59% nas receitas em relação a 2019. Em relação aos custos com pessoal, as despesas ficaram dentro do esperado pelo Executivo. Somados os recursos dos dois fundos para dispêndios com servidores, as despesas chegam a R\$ 28,1 bilhões.

Ainda no caminho de redução de gastos, os investimentos caíram

Projeto de Lei Orçamentária Anual para o próximo ano prevê receita de R\$ 43 bilhões. Investimentos e despesas com folha de pessoal caíram em relação às calculadas para 2019

»JÉSSICA EUFRÁSIO

»AGATHA GONZAGA

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2020, encaminhado

à Câmara Legislativa, na sexta-feira, deve ser lido em plenário nesta terça-feira. A matéria, de autoria do Executivo local, detalha as estimativas de receitas e despesas para o ano que vem. A previsão do governo é de que o total de recursos disponíveis chegue a

R\$ 43,102 bilhões, sendo R\$ 15,7 bilhões deles repassados pela União por meio do Fundo





23,5% em relação à LOA de 2019. A previsão é de que o governo gaste apenas 5,5% da receita disponível para efetuar melhorias nas cidades.

Avaliações

Secretário de Economia, André Clemente afirma que as diferenças do orçamento de 2020 fazem com que o projeto de lei não se trate de uma “peça de ficção”. Ele considera que, em anos anteriores, apesar da disponibilidade de recursos, não houve investimentos e que a expectativa para o ano que vem é diminuir a possibilidade de contingenciamentos. “(Também) Houve contenção de gastos com pessoal (no PLOA 2020). Precisamos aumentar a eficácia com a estrutura que temos. A expansão do serviço público e de custeios com pessoal será avaliada. Temos revisado muitos contratos e incentivado o uso da tecnologia como forma de reduzir processos manuais”, destaca.

Em relação às obras e ao aumento nos investimentos, a expectativa do governo é de contar com recursos provenientes de operações de crédito. Já os

investimentos necessários para cobrir demais gastos com saúde e educação sairão de outras áreas, de acordo com o secretário, como do Tesouro, de fundos nacionais e de emendas parlamentares. Ainda assim, Clemente acrescenta que o PLOA poderá ser revisado e adaptado, caso necessário. “Temos um gasto muito alto com pessoal no Fundo Constitucional e algumas ações foram priorizadas para custeio, mas nada impede que façamos movimentações do FCDF”, pontua.

Deputado da oposição, o distrital Chico Vigilante (PT) demonstra preocupação com a quantia separada para investimentos em geral. Para ele, a falta de destinação apropriada dos montantes gera prejuízos, não só para a população, como para a economia também. “O governo provavelmente não vai pagar nenhum dos reajustes previstos aos servidores e isso é uma tragédia”, destaca o distrital.

"A expansão do serviço público e de custeios com pessoal será avaliada"

André Clemente, secretário de Economia





>> Previsões

RECEITAS

TOTAL
R\$ 43,102 bilhões

DESPESAS

ESFERAS FISCAL E DE
SEGURIDADE SOCIAL (59,8%)
R\$ 25,775 bilhões

Dos quais 66% são de origem
tributária (impostos, taxas
e contribuições)

INVESTIMENTO DAS
EMPRESAS ESTATAIS (3,6%)
R\$ 1,583 bilhão

FUNDO CONSTITUCIONAL
(36,5%)
R\$ 15,743 bilhões

GASTOS DE FUNDOS
PRÓPRIOS (FISCAL E
SEGURIDADE SOCIAL)

GASTOS COM PESSOAL E
ENCARGOS SOCIAIS (57,08%)
R\$ 14,712 bilhões

OUTRAS DESPESAS
CORRENTES (30,7%)
R\$ 7,914 bilhões

INVESTIMENTO (5,59%)
R\$ 1,440 bilhão

RESERVA DE
CONTINGÊNCIA (3,99%)
R\$ 1,028 bilhão

AMORTIZAÇÃO DA
DÍVIDA (1,36%)
R\$ 349,4 milhões

JUROS E ENCARGOS DA
DÍVIDA ATIVA (1,17%)
R\$ 301,3 bilhões

INVERSÕES
FINANCEIRAS (0,11%)
R\$ 29,5 milhões

>> Fundos da União

» Confira em quais áreas
serão investidos os
recursos federais
provenientes do Fundo
Constitucional do DF:

SEGURANÇA

Total: R\$ 8,186 bilhões
Pessoal: 40,4%
Custeio: 10,2%
Investimento: 1,4%

SAÚDE

Total: R\$ 4,145 bilhões
Pessoal: 25%
Custeio: 1,3%
Investimento:

EDUCAÇÃO

Total: R\$ 3,411 bilhões
Pessoal: 19,5%
Custeio: 2,2%
Investimento:

Investimentos até 2023

Além do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o GDF encaminhou para o Legislativo, na sexta-feira, a proposta que trata do Plano Plurianual (PPA), com as previsões econômicas para os próximos quatro anos. A expectativa é de que o governo consiga investir, a cada ano, uma média de R\$ 3,123 bilhões. Os recursos serão provenientes da arrecadação própria, de transferências constitucionais, do Fundo Constitucional do DF, do orçamento de investimento das estatais e de receitas de outras fontes.

O governo espera ter aplicado R\$ 12,495 bilhões após o fim da gestão. Como foco dessa quantia, o Plano Estratégico do Distrito Federal (2019-2060) prevê oito eixos temáticos: segurança, educação, desenvolvimento econômico, social, territorial, meio ambiente e gestão e estratégia. O documento apresenta um planejamento de órgãos e entidades da administração pública distrital e indireta, Câmara Legislativa e Tribunal de Contas do DF, além dos objetivos e metas do governo de 2020 a 2023.

A proposta ainda leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), da Organização das Nações Unidas (ONU). O PPA precisa passar pela avaliação dos parlamentares da Câmara Legislativa e deve ser lido em Plenário na terça-feira.

GENTE / Edson Machado

Educar para transformar

A história do Iesb começa em 1993, com a fundação da mantenedora Centro de Educação Superior de Brasília (CESB). No início, eram apenas dois cursos – Administração e Ciência da Educação – e 320 alunos, em um prédio alugado na 902 Sul. “Foi preciso trabalhar muito para conquistar a confiança dos primeiros alunos, pois estavam investindo em uma instituição ainda desconhecida”, diz o reitor Edson Machado, 33 anos.

Edson lembra que, com o crescimento rápido, veio a construção de três prédios novos, na 609 Norte. Em 2003, foi inaugurado o Câmpus Edson Machado, na Asa Sul. Em 2011, o Iesb foi credenciado como Centro Universitário e ganhou autonomia para criar novos cursos. Com isso, em 2016, a instituição tinha 19 mil alunos.

Para colaborar ainda mais com a comunidade de Ceilândia e região, o Iesb inaugurou em 2010 o Câmpus Liliane Barbosa. Além dos cursos de graduação, o Câmpus conta com o Colégio Iesb e o Iesb em Ação, iniciativa que colabora não só para o desenvolvimento da região, como também para a formação de profissionais completos e humanizados. Em 2018, 11,2 mil pessoas da comunidade participaram das ações sociais realizadas pelo programa.

Reconhecido pela Unesco, o Iesb em Ação presta atendimento à sociedade por meio de projetos como assessoria jurídica popular e alfabetização de adultos. A iniciativa conta com o trabalho voluntário de alunos e professores e alcança um dos reais propósitos de uma instituição de ensino: formar cidadãos responsáveis. “Para ensinar, precisamos dar o exemplo. Temos que mostrar que podemos ser melhores e ajudar a quem precisa. É assim que vamos realmente transformar a sociedade”, afirma o reitor.

Como começou a carreira?

No próprio Iesb, como auxiliar de infraestrutura na área de TI. Desde então sempre trabalhei no Iesb, variando em atribuições e responsabilidades enquanto terminava meus estudos. Essa etapa ainda não se completou. Precisei interromper meu programa de doutorado para assumir a Vice-Reitoria Administrativa e Financeira. Mas, ainda pretendo voltar aos estudos avançados, até porque essa etapa nunca termina.

Qual seu objetivo como reitor?

Espero estar à altura das tradições do Iesb e contribuir para continuar a escrever a história de sucesso da instituição.

Qual diferencial o negócio apresenta em relação à concorrência?

Acredito que um dos maiores diferenciais do IESB em relação à concorrência seja a metodologia de ensino que alia teoria e prática, provocando experiências acadêmicas muito mais significativas para os estudantes.

Que qualidade valoriza nos funcionários no momento de formar a equipe de trabalho?

O compromisso com a busca de excelência. Em todos os processos seletivos que tive oportunidade de participar, sempre me impactei mais pela impressão de pensar que determinadas pessoas não serão apenas executoras de atividades, mas terão senso crítico e valores para balizar seu compromisso com o trabalho que será desenvolvido.

Acho muito importante que todos possam ter suas opiniões valorizadas, quando da tomada de decisão, principalmente aquelas bem fundamentadas.

Como mantém o grupo motivado?

Busco reconhecer a importância de cada pessoa da equipe. O reconhecimento incentiva o espírito de pertencimento. A pessoa fica mais motivada quando sente que sua opinião será considerada e que participa do processo de construção da instituição.

Como evitar erros na operação?





É algo muito difícil evitar erros em uma operação que envolve principalmente a relação professor–estudante. Contudo, sempre trabalhamos para evitar falhas naquilo que temos como processo padronizado, e até mesmo naquilo que podemos instituir como políticas na prestação de serviços.

O que temos como inaceitável é cometermos o mesmo erro mais de uma vez. Assim, todo novo caso que temos, seja ele interno ou envolvendo um estudante (nosso principal cliente), buscamos tomar as medidas necessárias para evitar que se repita.

Que decisões você precisa tomar hoje para construir uma empresa de 100 anos?

Apesar de contemplar a perenidade do Iesb através do tempo, ainda não tive oportunidade de perceber o efeito de uma decisão numa janela temporal tão extensa. De fato, no Iesb, pela natureza da educação que fazemos e pela maneira que desejamos fazer, não consigo pensar em nenhuma decisão irreversível. Verdade seja dita, acho que apenas nossa paixão pelo trabalho pode nos levar tão longe. Além disso, precisamos ter humildade para consertar rapidamente uma falha, buscar aprender sempre, além de nunca ter demasiada confiança de que estamos certos, ou de ter atingindo o máximo de excelência naquilo que fazemos. E investir em ações que causem mais impacto na vida de nossos estudantes e professores.

A escola é pop



CAIU NA REDE Cena de Segunda Chamada: as questões do ensino ingressaram no rol de assuntos debatidos no dia a dia

Por Maria Clara Vieira

Quando o enérgico professor John Keating se postou em cima de uma carteira na conservadora Academia Welton e instou uma classe desinteressada a responder à questão que não quer calar — “O que eu, mestre, estou fazendo aqui?” —, a dramaturgia abraçou de modo certeiro a educação. Em 1989, o tocante Sociedade dos Poetas Mortos, estrelado por Robin Williams, levou um punhado de prêmios, entre os quais o Oscar de melhor roteiro. Houve outros antes dele, como o delicado Ao Mestre com Carinho, que faturou a estatueta de melhor filme em 1967 com um brilhante Sidney Poitier chacoalhando uma turma sem rumo. Agora, é chegada a vez de as séries de TV mostrarem os labirintos

escolares à sua maneira. E elas estão registrando elevada audiência mundo afora. Em outubro, o Brasil adentra esse universo com Segunda Chamada, da Globo, a estreia do país nessas produções que dão às complexidades do ensino o papel principal.

A nova série sorve inspiração das muito bem-sucedidas Rita, a trama dinamarquesa em torno de uma professora desbocada que escandaliza pais e conquista alunos, e Merlí, que em suas três temporadas mostrou como um mestre disposto a fazer tremer velhos pilares escolares sacode também a vida dos estudantes. Ambas se encontram na Netflix — Merlí, aliás, era originalmente exibida na catalã TV3, depois foi catapultada para a plataforma de alcance planetário e virou fenômeno. “Meu desafio era

tratar de jovens e filosofia na escola, um coquetel explosivo que nem a TV nem as grandes plataformas haviam comprado”, conta a VEJA o diretor Hector Lozano, criador de Merlí, que pode, sim, pecar por certos estereótipos, mas certamente tornou a sala de aula um local ao mesmo tempo divertido e dramático.

Em Segunda Chamada, o alvo é o ensino de jovens e adultos que vão sendo defenestrados dos estudos pela combinação de falta de incentivo com falta de oportunidades. No horário pós-novela das 9, estarão carteira com carteira uma ex-presidiária, o irmão de um chefe do tráfico, uma senhora de 70 anos — todos pilotados por um quadro de professores de colégio público que tem como destaque a personagem vivida por Debora Bloch. O interesse da Globo por uma série sobre educação — na novela Malhação ela é apenas cenário — vem na esteira dos sucessos de fora. “Escolhemos mirar essas pessoas que são dadas como casos perdidos justamente porque elas quase nunca têm visibilidade”, diz a roteirista Carla Faour, que escreveu a primeira temporada de dez episódios (a segunda já está nos planos) com Julia Spadaccini, dobradinha reeditada da série Tapas e Beijos.

Em outros tempos, dificilmente se ousaria apostar em enredo tão árido (até mesmo para os círculos da educação), mas o mercado vem





detectando uma crescente curiosidade pelas coisas da escola, sintoma deste século XXI, que demanda cada vez mais habilidades e aprendizado. Um motor decisivo para libertar o ensino dos escaninhos dos especialistas e trazê-lo a mesas mais amplas são as redes sociais, que conectam o tempo todo pais, alunos e escolas. Isso tudo faz o tema circular livremente pela vida cotidiana e interessar ao universo pop. “Tirando a filmografia francesa, o ensino nunca foi tratado na indústria do entretenimento com o afincamento de hoje”, ressalta Lozano, de Merlí. Uma contribuição vinda da França é o genial *Entre os Muros da Escola*, de 2008, que inclusive inspirou a dupla brasileira. “Mantemos uma constante conversa para entender o que as pessoas estão falando, ouvindo, buscando. E educação é uma delas”, diz Silvio de Abreu, diretor de dramaturgia da Globo. Que a maratona à frente da TV sirva também de estímulo para a corrida pelo saber — sem o qual qualquer democracia corre sério risco.

O lobby dos mestres doutores

Nos anos 1960, o Brasil empreendeu um grande programa para criar seus cursos de doutoramento. Julgava-se que, naquele tempo, não havia nem maturidade institucional nem massa crítica de professores qualificados, e algo precisava ser feito. Ainda que o país se inspirasse no modelo americano, op-tou-se por um invento local: os mestrados acadêmicos. Era uma incoerência, pois no modelo original — dos Estados Unidos — todos são profissionais. Obtida a maturidade, os mestrados se metamorfoseariam em doutoramentos. Era uma orientação prudente.

Mas houve um acidente de percurso. Em vez de serem eliminados, os mestrados foram mantidos. A eles, os doutoramentos foram sobrepostos, como sequência obrigatória. Terminamos com uma formação mais demorada, pois o doutoramento é precedido por três anos de mestrado. É um óbvio desperdício de recursos dos cofres públicos.

Antes de falar do pior, voltemos ao uso das palavras. Desde o período medieval, o doutor é um diploma acadêmico. De origem, eram os doutores em teologia ou filosofia (daí o ph.D., Philosophiae

Doctor). Já o mestre sempre foi associado às profissões. Seus antepassados são os mestres de obras ou os mestres de ofício. Assim sendo, o doutor é um acadêmico. E o mestre, um profissional, o que configura um pleonismo.

“Jogam-se no mercado profissionais preparados para outra coisa”

A expansão e o sucesso da pós-graduação brasileira fortaleceram o lobby dos mestres e doutores — que têm muita voz nas decisões da Capes, a fundação do Ministério da Educação que zela pelo aprimoramento de mestrados e doutorandos. Com isso, de um miasma concebido para desaparecer, o mestrado acadêmico transformou-se em rocha sólida. E, o que é pior, obstruiu a criação de um mestrado verdadeiramente profissional. Os mestrados chamados profissionalizantes, uma concessão da academia, de fato, não o são. Continuam exigindo tese (um contrassenso para quem não vai ser pesquisador) e um montão de ph.Ds. São ignoradas a experiência e as obras práticas dos professores.

Quando a pós-graduação foi gestada, a prioridade era preparar professores e pesquisadores. Isso acontecia, no início dos 1980, quando eu era diretor-geral da Capes. Mas hoje apenas uma proporção limitada dos mestres e doutores se dirige à vida acadêmica. Jogam-se no mercado profissionais preparados para outra coisa.

Passam-se os anos e a Capes não consegue vencer as resistências da “comunidade científica”. Nem se acaba com os mestrados acadêmicos nem se abre espaço para os profissionais. Diante disso, as escolas de negócios acharam outra solução. Em vez de lutarem quixotescamente contra a legislação vigente, criaram os masters of business administration (MBAs) — cursos fiéis à profissionalização buscada e inspirados na experiência internacional. São mestrados (profissionais) tal como existem alhures. Mas usando as palavras inglesas, deixam de ser cursos controlados pela legislação brasileira. Não passam de diplomas de fantasia, tão distantes do enquadramento legal como o curso de violão do vizinho. E, como formam para o mercado, pouco importa que não gerem diplomas oficiais. Fico feliz de ver que a língua inglesa resolveu um problema em que nossos dirigentes falharam.

Dentro e fora da sala de aula

CLAUDIA COSTIN E FLORIANO PÊSARO

O Brasil, assim como outros 192 membros da ONU, acordou seu compromisso com a Agenda 2030, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que versam sobre a erradicação da pobreza, segurança alimentar, educação, saúde, energia, água, produção e consumo sustentáveis, mudança do clima, dentre muitos outros. Esses objetivos buscam tornar a sociedade mais equitativa e sustentável até a próxima década. Dentre eles, aqueles que versam sobre educação têm uma característica fundamental: como princípio, ou mesmo como meio fundamental para sua consecução, demandam integração entre a política educacional e o olhar transversal da política socioassistencial. Busca-se desde o acesso universal à educação até a eliminação das disparidades de gênero em sala de aula, objetivos que nos levam, ao desenharmos os caminhos para sua realização, a termos que enfrentar diversas privações e violações que configuram uma condição de vulnerabilidade social do estudante. Segundo a Pnad Contínua 2016-17, 40,8% dos jovens brasileiros entram na fase adulta sem concluir o ensino médio. Os efeitos desse cenário são sentidos em sala de aula, mas pouco se fala de suas causas fora do ambiente escolar. A assistência social, ao incorrer na pouca integração com a educação, desconhece o impacto de

determinadas privações na aprendizagem e, também por isso, tem dificuldade em equacionar os desafios vividos pela criança e adolescente como um todo, uma vez que eles não são vistos como estudantes. Por outro lado, a educação depara-se com situações extraclasse que prejudicam a aprendizagem e parecem não ter sentido para o professor no contexto de sala de aula. É fundamental desenharmos caminhos de diálogo e trocas de informações entre os profissionais da educação e da assistência social. Os jovens atendidos por esta política pública são os mesmos que o são naquela. Não é possível pensar o cidadão em recortes temáticos, uma vez que as privações da vida contemporânea se mostram cada vez mais multifacetadas. Se o Brasil almeja ainda cumprir algum dos objetivos da Agenda 2030 de Educação, precisamos com urgência do estabelecimento de protocolos de comunicação entre as políticas públicas, como ocorre no Rio Grande do Sul com as Fichas de Acompanhamento do Aluno Infrequente (FICAI), que envolvem todas as políticas públicas do território, incluindo o sistema judicial, para tratar estrategicamente do caso de cada aluno que passa a não ser mais visto em sala de aula. Embora seja esse um exemplo de política pública inovadora no cenário em que estamos, a estruturação da interlocução entre educação e

assistência social não é nova — considerando o caso do prefeito Gramma em Campinas, berço dos programas de transferência de renda — e nem é uma invenção fora da parametrização educacional. As normativas que norteiam a educação no Brasil — em especial a Lei de Diretrizes Básicas (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) — preveem uma formação cidadã e o trabalho para a cidadania como partes de sua atribuição, a diminuição da desigualdade social e a busca pela igualdade de oportunidades como missão e, por fim, a compreensão de que o progresso na aprendizagem e, como um todo, a realização de uma educação de qualidade passam pelo enfrentamento de problemas que incluem a situação socioeconômica.

Não é difícil perceber que é revisto no campo da normatização da assistência social, que é organizado no Sistema Único de Assistência Social. A Política Nacional de Assistência Social (P NAS) traz a intersetorialidade como ferramenta fundamental para a garantia dos direitos de cidadania, além de prever que as ações no campo da assistência devem ocorrer em sintonia e articulação com outras políticas públicas. Temos, então, como premissa, nos dois setores, o olhar multissetorial sobre o jovem, que deve ter à sua disposição em sala de aula ferramentas que lhe possibilitem vencer não só os desafios acadêmicos, mas também os de sua condição devida. Trata-se





então de operacionalizares a integração já minuciosamente prevista nas normativas das políticas sociais afim de cumprirmos objetivos de naturezas fundamentalmente diversas. Manter um jovem em sala de aula frente ao crescente desinteresse com o modelo de ensino tradicional, somado às tamanhas e variadas privações, é missão para cada uma das políticas públicas cumprirem juntas, a partir da complementariedade de seus olhares, em especial a educação e a assistência social.

Da mesma maneira, se na primeira infância houver uma integração no desenho e implementação das políticas públicas, muitos dos problemas identificados em fases posteriores de escolaridade poderiam ser, em grande medida, atenuados. Além disso, o trabalho conjunto e intersetorial seria uma plataforma para abordarmos a criança inteira e não a fragmentarmos entre os múltiplos setores que tentam apoiar seu pleno desenvolvimento. Quanto antes aprendermos a não feudalizar políticas públicas, melhor!

Claudia Costin é diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV; Floriano Pêsaro é sociólogo e foi secretário de Desenvolvimento Social de São Paulo

O que a Bíblia nos ensina?

Hélio Schwartsman

Os vereadores de Campina Grande (PB) aprovaram, e o prefeito sancionou, a lei nº 7.280, que institui a “Leitura Bíblica” nas escolas públicas e privadas da cidade. Ainda não está muito claro o que virá pela frente, porque a norma é muito vaga. O objetivo, porém, é, como estabelece o próprio diploma, repassar aos estudantes o “conhecimento cultural, geográfico e científico” contido no livro sagrado.

E o que a Bíblia nos ensina? Começemos pela ciência. De acordo, com Josué 10:12, Deus parou o Sol para que os israelitas pudessem massacrar os amorreus sem pressa, à luz do dia. Os astrofísicos ímpios, porém, não só dizem que é difícil interromper o movimento de rotação da Terra como ainda que, se Deus, em sua onipotência, fizesse isso, provocaria uma série de cataclismos que deixariam o grande dilúvio no chinelo.

Passemos à geografia. Pela Bíblia, a Terra tem cerca de 6.000 anos —5.779, a confiar nas sempre mais precisas contas dos rabinos. A geologia increia, porém, sustenta que são 4,5 bilhões e que não é preciso

procurar muito para encontrar fósseis com idades substancialmente maiores que os seis milênios.

Tentemos a cultura. Os fiéis gostam de pensar que as Escrituras, inspiradas pelo próprio Criador, são a fonte da moral e que os ensinamentos que ela traz nessa área são incontestáveis. Filósofos heréticos, entretanto, apontam problemas no fato de o “bom livro” autorizar coisas que a turma do politicamente correto acha feias, como vender as filhas como escravas (Êxodo 21:7), assassinar parentes que abracem outras religiões (Deuteronômio 13:7), além de matar gays (Levítico 20:13).

Se você já lamentava que o consórcio entre políticos e religiosos que chegou ao poder no Brasil ignorasse a ciência, tudo pode piorar se passarem a ensinar coisas objetivamente erradas para a garotada, usando a tal da ciência bíblica no lugar da boa e velha ciência agnóstica, que tem alguns acertos para mostrar.

Hélio Schwartsman

Jornalista, foi editor de Opinião.
É autor de "Pensando Bem...".

MEC repassa verba para alfabetização e depois diz para escolas não a usarem

Ministério afirma atuar para liberar os R\$ 150 mi enviados; colégios já haviam iniciado atividades

Angela Pinho
e Paulo Saldaña

SÃO PAULO E BRASÍLIA Em tempos de restrições orçamentárias, o Ministério da Educação enviou a municípios de todo o país uma aguardada verba de R\$ 149,6 milhões para ações de alfabetização. Dias depois, porém, as escolas tiveram uma surpresa: a pasta pediu que elas não usassem o dinheiro.

O valor era destinado ao programa Mais Alfabetização, criado no governo Michel Temer (MDB) para apoiar ações nas escolas para ensinar as crianças a ler e escrever.

A verba poderia ser usada para o pagamento de auxílio transporte e alimentação para assistentes de alfabetização e para bancar outras despesas de serviços e materiais de consumo.

Escolas do estado de São Paulo relatam que começaram a receber os depósitos no dia 20 de agosto. No dia 6 de setembro, porém, o MEC enviou um ofício a secretários e diretores de todo o país,

com o assunto "URGENTE - Programa Mais Alfabetização - PMALFA. Recursos 2019".

O documento citava "discrepâncias nos valores repassados" e dizia: "orientamos a todas as escolas participantes do Programa que NÃO executem os recursos recebidos". Na quarta-feira (11), a orientação foi reiterada em novo ofício.

Presidente da Undime (entidade dos secretários municipais), Luiz Miguel Garcia afirma que a disparidade de valores foi detectada por algumas escolas, que teriam recebido dinheiro a mais — não é o caso da maioria, no entanto.

O pedido de interrupção do uso de recursos pegou os colégios de surpresa. Muitos já tinham começado as atividades com os auxiliares de alfabetização.

"Já havia uma grande expectativa pela chegada da verba, porque estava atrasada, e é um programa que tem um impacto muito grande", afirma Garcia.

Como a Folha mostrou em julho, o governo Bolsonaro esvaziou ações na educação

básica, afetando repasses não só para a alfabetização, mas também à educação em tempo integral, à construção de creches e ao ensino técnico.

Dentro desses itens, a alfabetização foi apresentada pela atual gestão como prioridade.

Neste ano, o MEC publicou um decreto com uma nova política nacional de alfabetização e um caderno que detalha seus preceitos teóricos. Não há, por enquanto, informações sobre como essa nova política chegará às salas de aula.

A equipe do ministro Abraham Weintraub não havia feito nenhum repasse relacionado ao Mais Alfabetização no primeiro semestre. Questionada pela Folha, a pasta não respondeu se as ações do Mais Alfabetização serão contempladas nessa nova política para a área.

No ano passado, 42.446 escolas participaram do Mais Alfabetização, voltado para a aquisição de competências de leitura, escrita e matemática de alunos dos 1º e 2º anos do ensino fundamental. O objeti-





vo é que cada turma recebesse apoio de um professor auxiliar por um período de cinco a dez horas semanais. Em 2018, foram investidos R\$ 138,6 milhões no programa.

O presidente da Undime diz que espera uma solução até o início da semana que vem. A entidade pediu ao MEC que libere o uso da verba para as escolas que receberam o montante correto e que, no caso das demais, o reajuste seja feito na segunda parcela dos repasses.

"Grande parte das redes já iniciou o programa ou está com tudo pronto para começar", diz Garcia.

A pasta afirma que "está tomando todas as providências cabíveis para disponibilizar as orientações necessárias às escolas e dar continuidade a execução dos recursos financeiros referentes a 1ª parcela de 2019 do programa o mais breve possível".

O MEC enfrenta atualmente uma série de restrições orçamentárias, com um bloqueio de cerca de R\$ 6 bilhões. O corte atinge ações que vão da creche à pós-graduação —o governo diz esperar o desbloqueio de parte dessa verba ainda este mês.

No começo do ano, trocas de equipe geraram paralisia no ministério e indefinição sobre a continuidade de programas. A troca de Ricardo Vélez Rodríguez por Abraham Weintraub, em abril, foi apresentada como uma medida para melhorar a gestão.